

Uaimiris exigem vigilância na BR-174

Os índios uaimiris-atroaris querem R\$ 3,7 milhões para a proteção ambiental ao longo dos 124 quilômetros da estrada que corta a reserva

Os 124 quilômetros da BR-174, que atravessam a reserva indígena uaimiri-atroari, só poderão ser asfaltados depois que os Governos do Amazonas e Roraima e o Ministério dos Transportes cumprirem o acordo de pagar R\$ 3,7 milhões para a execução do plano de proteção ambiental e vigilância da área. Essa decisão foi tomada no último dia 16, quando doze representantes dos Governos federal e estadual (AM e RR), mais quinze líderes uaimiris-atroaris assinaram um termo de compromisso.

De acordo com o administrador estadual da Fundação Nacional do Índio (Funai), Raimundo Catarino Serejo, na reunião não ficou definida a quantia que cada governo vai liberar, a fim de pôr em prática o plano de proteção e vigilância da reserva. Mas o governador Amazonino Mendes afirmou que a parte destinada ao Estado é de R\$ 500 mil.

No termo de compromisso, os índios autorizaram o 6º Batalhão de Engenharia e Construção do Exército (6º BEC) a realizar, apenas, as obras de reparos e manutenção da faixa de rodagem, atualmente em funcionamento. Segundo o gerente do Programa uaimiri-atroari (PWA), Marcilho Cavalcante, os índios interromperam essa atividade do 6º BEC porque perceberam que as obras caracterizavam o início do asfaltamento e a questão ainda estava sendo discutida. Agora os trabalhos poderão ser recomeçados.

Os R\$ 3.797.223,90 a serem pagos à nação indígena não é uma indenização. Esse dinheiro vai ser empregado no plano de proteção ambiental e vigilância dos 2,5 milhões de hectares da reserva, situada às margens do rio Alalaú, no Estado de Roraima, na fronteira com o Amazonas. O plano terá a duração de dez anos. O objetivo é garantir e preservar a vida e a cultura dos uaimiris-atroa-



Serejo diz que a indenização pelo Estado ainda está indefinida

Os índios interromperam as obras da BR-174 ao notar que haveria asfaltamento

pescadores e até turistas, gerando muitos conflitos", explicou o coordenador de meio ambiente do PWA, Robert Miller.

O Plano de Proteção Ambiental e Vigilância da reserva uaimiri-atroari prevê a instalação de mais três postos ao longo da rodovia e adjacências; a contratação de novos fiscais; o monitoramento através de fotos de satélite (sensoriamento remoto) que vai mostrar com detalhes todas as anormalidades que ocorrerem dentro da área indígena (desmatamentos, construção de estradas, invasões, queimadas etc.); compra de equipamentos, como motores de popa, botes e viaturas, para realizar a fiscalização e a ampliação da vigilância sanitária.

O projeto pretende também desenvolver pesquisas nos rios ao longo da estrada, a fim de controlar os vetores da malária e outros insetos; medir o nível de poluição das águas e analisar a sua constituição química.

ris. "A BR-174 asfaltada vai aumentar o fluxo de pessoas na área, e se não houver uma vigilância rigorosa, poderá haver invasões por parte de garimpeiros, madeireiros,

Índios defendem valores culturais

Em 1987, a nação dos uaimiris-atroaris estava reduzida a 374 habitantes. Depois do convênio com a Eletronorte - uma forma de reaver os prejuízos causados com a construção da hidrelétrica de Balbina, que inundou parte da reserva, o Programa uaimiri-atroari buscou a revalorização da vida e da cultura daquele povo. Hoje, a população é de 870 índios, cuja taxa de natalidade está em torno de 7% a 8% ao ano - maior que a do Brasil que é de 2%.

Segundo o administrador do PWA, o controle de doenças através da vacinação é de 100%; o atendimento odontológico é feito regularmente e a taxa de mortalidade é quase zero. "A cultura deles também está sendo preservada. Os uaimiris-atroaris continuam com os 'marubás' (rituais de iniciação das crianças). Eles não bebem bebida alcoólica, não fumam e não permitem que religiões ou outra entidade interfira no seu modo de vida. "Se não é o melhor, é um dos melhores programas voltados ao atendimento indígena", ressaltou Marcilho Cavalcante.

Além dos uaimiris-atroaris, os índios Paracanã, no Pará, também têm um programa semelhante. Por causa da inundação de suas terras depois da construção da hidrelétrica de Tucuruí/PA, a nação indígena recebe o mesmo tratamento.

Uaimiris - P. 4. 1995

152 (190) 4087 7640 0196